V1	V2	V3	V4

QUESTÃO 46

Após Parque Ibirapuera criar espaços pagos, Ministério Público (MP) vê "transformação de área pública em shopping" e abre investigação

Segundo o promotor Silvio Marques, a investigação apura o excesso de cobranças por serviços privados e a exposição de marcas dentro das áreas públicas do Parque Ibirapuera, práticas que vêm sendo adotadas pela concessionária desde o início da concessão, em outubro de 2020. O inquérito foi iniciado com a reclamação dos usuários sobre a cobrança para a atuação de assessorias esportivas, mas foi expandido em razão de outras taxas e reclamações que têm chegado à Promotoria de Patrimônio Público. O MP também questiona o excesso de shows e festivais privados de música que tem limitado o acesso do público às áreas.

(Rodrigo Rodrigues, Paulo Gomes e Laura Cassano. https://g1.globo.com, 12.05.2025. Adaptado.)

As denúncias apresentadas na reportagem apontam para

(A) formas de gestão privada em bens públicos, as quais ampliam o acesso da população à tomada de decisão.

(B) consequências da revitalização urbana, as quais dificultam a manutenção de espaços públicos pelo governo.

(C) práticas de segregação socioeconômica em espaços públicos, as quais ferem princípios do direito à cidade.

(D) falhas do poder público no cuidado das cidades, as quais permitem a compensação de tributos municipais pela população.

(E) padrões internacionais de crescimento urbano, os quais estimulam a verticalização em áreas públicas.

ALTERNATIVA: C

O Parque do Ibirapuera, construído com dinheiro público e idealizado para ser utilizado como área de lazer pela população em geral, quando é fechado para eventos públicos impede que a população de baixa renda acesse um equipamento de lazer que deveria ser de uso popular.